

ATA NÚMERO 245/XII/3.^a SL

Aos 22 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 243 e 244, referentes às reuniões de 15 e 17 de janeiro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 193/XII/3.^a (GOV) - Procede à procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
Autor do Parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).
3. Continuação da definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 478/XII/3.^a (PS) - Aprova o regime jurídico aplicável às relações intercedentes entre as instituições bancárias e as instituições prestadoras de serviços de cartões como meio de pagamento de transações comerciais.
4. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) - Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.
5. Outros assuntos.

Por impossibilidade de estar presente o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PS), assumiu a presidência o primeiro Vice-Presidente, Senhor Deputado Virgílio Macedo (PSD).

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 243 e 244, referentes às reuniões de 15 e 17 de janeiro, respetivamente.**

Interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para, na ata n.º 243, assinalar incorreções de redação, após o que as [atas n.º 243 e 244](#), referentes às reuniões de 15 e 17 de janeiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV) - Proceder à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).

Autor do Parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) usou da palavra para, sucintamente, apresentar o parecer à [Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª \(GOV\)](#), sublinhando o facto de o Ministério das Finanças não ter feito acompanhar a iniciativa do relatório explicativo, previsto na Lei de Enquadramento Orçamental. Para o efeito, tinha o grupo parlamentar do PCP suscitado, em tempo, através de um requerimento dirigido à Comissão (encaminhado ao Governo), o pedido do mencionado relatório e a necessidade de obtenção de informação adicional à nota explicativa da proposta de lei em apreciação. O pedido tinha merecido do Governo uma resposta no sentido de que, dado o reduzido alcance da iniciativa, a delimitação e circunscrição das alterações a introduzir e o facto de, em orçamentos rectificativos anteriores ter havido práticas distintas, a exposição de motivos já continha todos os detalhes e explicações necessários à sua compreensão. Citou o parecer técnico da UTAO, sendo possível ler-se na página 5 que não havia sido recebida informação adicional, previamente solicitada ao Ministério das Finanças. Por fim, exposto o conteúdo do parecer à PPL, procedeu à leitura das respetivas conclusões, sublinhando a n.º 2. Em seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Pedro Jesus Marques (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP).

O Grupo Parlamentar do PSD justificou a rejeição do parecer com as considerações apresentadas no mesmo quanto à constitucionalidade da proposta de lei, algo inaceitável para este Grupo Parlamentar.

O autor do parecer interveio para reiterar as conclusões e defender que a COFAP deveria refletir sobre a necessidade de o Governo, no futuro, enviar o relatório explicativo a acompanhar a proposta de lei relativa às alterações ao Orçamento do Estado. Submetido a votação, foi o parecer rejeitado com os votos contra de PSD e CDS-PP, a favor de PCP e BE e a abstenção do PS.

3. Continuação da definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 478/XII/3ª (PS) - Aprova o regime jurídico aplicável às relações intercedentes entre as instituições bancárias e as instituições prestadoras de serviços de cartões como meio de pagamento de transações comerciais.

Neste ponto, o Senhor Presidente deu nota das entidades propostas para as audições a realizar, no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 478/XII/3ª \(PS\)](#):

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

AdC - Autoridade da Concorrência
SIBS
Banco de Portugal
Associação Portuguesa de Bancos
UNICRE
Confederação do Comércio e serviços de Portugal
Confederação do Turismo de Portugal
Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
AHP - Associação de Hotelaria de Portugal
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
Associação Portuguesa dos Utilizadores e Consumidores de Serviços e Produtos Financeiros
Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas
AdC – Autoridade da Concorrência

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) interveio para propor a constituição de um grupo de trabalho para este efeito. Nesta matéria, tendo em conta a importância das implicações para a economia do país, o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS) interveio para concordar com a proposta, não se tendo registado oposição de nenhum GP. Nesse sentido, o Senhor Presidente informou que a coordenação do grupo de trabalho caberia ao grupo parlamentar do PSD, após o que foram, desde logo, indicados pelos respetivos GP, os seguintes Senhores Deputados: Carlos Santos Silva (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP). Os grupos parlamentares do PS e BE ficaram de indicar, até às 18h00, o membro a integrar o GT.

4. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3ª (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

Quanto ao Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª (BE) – com despacho de 17 de janeiro de baixa à Comissão para nova apreciação, na generalidade, pelo período de 30 dias, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) usou da palavra para referir que considerava importante enquadrar as audições a efetuar neste âmbito, com os trabalhos em curso em sede do processo relativo ao orçamento retificativo. Para tanto, apresentou uma proposta de audições (a realizar numa manhã ou numa tarde), composta pelas seguintes entidades: Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e Associação Portuguesa de Deficientes. Posteriormente, deu conta que até poderia ser ouvido o Movimento dos Deficientes Indignados. Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Jesus Marques (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), pronunciando-se sobre a lista de audições mencionada, propunha que, até ao fim desse dia, pudessem ser acrescentadas outras

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

entidades a ouvir; concordando com a realização de audição às 3 entidades propostas pelo BE. Deu, ainda, conta que o PSD apresentaria brevemente uma iniciativa sobre a matéria em apreciação, com vista ao debate conjunto, podendo mesmo vir a alargar o âmbito do objeto, a fim de serem incluídas situações especiais.

Usando da palavra, o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS) subscreveu a intervenção do anterior orador, reservando para momento posterior a apresentação de proposta de organizações representativas do setor.

Em seguida, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio para concordar com o exposto pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) e dar conta que, até ao final desse dia, apresentaria eventualmente outras propostas de audições. Considerou, ainda, relevante ter em conta a importância da matéria dos seguros em conexão com a do crédito à habitação.

Por fim, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) concordou com a apresentação de outras propostas de audição pelos grupos parlamentares, até ao final desse dia.

O Senhor Presidente, face ao acordo geral estabelecido, estabeleceu as 18h00 desse dia para a apresentação de novas propostas de audição para que fosse, então, possível definir um calendário final.

5. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro de 2014

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Barbosa
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
João Paulo Correia
Nuno Reis
Pedro Nuno Santos